

Brasil também quer limitar pagamento de juros ao Clube de Paris

O Brasil já tem uma proposta para a retomada do pagamento de juros e amortizações da dívida externa junto às instituições oficiais de crédito, reunidas no Clube de Paris. O negociador especial da dívida, embaixador Jório Dauster, adiantou que o País se dispõe a desembolsar apenas US\$ 500 milhões ou US\$ 600 milhões em 1991. A proposta se apóia no mesmo conceito da capacidade de pagamentos adotado para os bancos credores — uma idéia que o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, tentou explicar em sua visita de dois dias aos Estados Unidos. Eris afirmou ontem, ao encerrar sua agenda, que o Brasil “pode retomar o pagamento dos juros quando achar que tem condições de fechar um acordo com os bancos”.

A proposta endereçada ao Clube de Paris corresponde a apenas 20% do montante de US\$ 4,5 bilhões previsto para 1991 no último acordo de renegociação fechado com os credores oficiais, com os quais o País acumula um débito de US\$ 22 bilhões. “Isto seria um absurdo completo e impossível de cumprir”, reagiu Dauster. A previsão de desembolsos feita pelo governo para o próximo ano, segundo o embaixador, fixa um total de US\$ 5 bilhões distribuído entre bancos privados, instituições governamentais, FMI e Banco Mundial.

Difícil

A proposta será apresentada ao Clube de Paris até o final de novembro por uma missão técnica que deverá percorrer a Europa e o Japão. Dauster acredita que não haverá maiores dificuldades para explicar o novo conceito, e calcula que até novembro a idéia já estará mais difundida, ao mesmo tempo em que o governo já terá arregimentado maior apoio junto aos bancos credores. Como a proposta endereçada ao Clube de



Dauster antecipa a proposta do Brasil ao Clube de Paris: em novembro, uma missão técnica busca apoio dos credores.

Paris é semelhante, acredita o embaixador, sua aceitação pelos credores privados ajudaria a convencer também as instituições oficiais.

Os esforços de esclarecimento da proposta brasileira aos bancos credores e instituições financeiras internacionais começaram com a visita do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, aos EUA. Depois de se reunir com o secretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, e com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, Eris admitiu ontem que seu relatório ao presidente Fernando Collor informará “que as negociações serão difíceis”. Segundo informação de Washington o correspondente **Moisés Rabinovici**, o presidente do BC acredita que o Brasil “contará com toda a ajuda necessária” do governo americano e das instituições financeiras internacionais — FMI e Banco Mundial, principalmente —, mas não recebeu nenhuma promessa efetiva. “Estou inter-

pretando”, reconheceu.

Eris admitiu que, por sua natureza inovadora, a proposta brasileira foi recebida com certa confusão pela comunidade financeira, especialmente no que diz respeito à limitação dos pagamentos pelo superávit fiscal. Em uma “conversa reservada”, revelou o presidente do BC, o secretário David Mulford “levantou algumas questões sobre a capacidade de pagamento, como se relaciona com a balança de pagamento”. Convencido de que o volume de pagamentos é um dos pontos que voltará à mesa de negociações, Eris reconhece que a proposta brasileira “não é facilmente aceitável” pelos credores. “Devemos mostrar que o sacrifício que pedimos aos bancos nos anos iniciais é do interesse deles, pois viabiliza o pagamento integral da nossa dívida”, explicou Eris. “Mas eles precisam estar convencidos de que o quadro que apresentamos é o da real capacidade de pagamento do Brasil”, ponderou.